

# Quem são e o que pensam os juízes brasileiros



Na pesquisa interna "AMB quer ouvir você", você vai saber a opinião dos 3.663 magistrados filiados à AMB que responderam a respeito de diversos temas considerados relevantes para o Judiciário e à sociedade.

Páginas 6 e 7



## Mobilização no Congresso

AMB e entidades trabalham pela aprovação dos projetos de interesse da categoria. Confira o andamento das PECs 26, 56, 62, 63, 555, 15 e 187 e dos PLs 3123 e 2646.

Páginas 4 e 5

## Congestionamento na Justiça

AMB idealiza projeto em parceria com o CNJ e o Ipea a fim de criar centros de inteligência e monitoramento de litígios no Judiciário. O objetivo é enfrentar o excesso de litigiosidade.

Página 3



## Em busca da paridade

Associados aposentados intensificam trabalho da AMB no Congresso Nacional para tratar pautas relativas à magistratura.

Página 8



# A Magistratura e a crise política

Prezados associados (as),

Embora 2015 pareça que não irá terminar no dia 31 de dezembro, estamos encerrando o ano com um suplemento no nosso AMB Informa, para fazer uma atualização dos acontecimentos dos últimos dias. A crise política nos atinge de forma preocupante, principalmente pelas iniciativas no Congresso Nacional de projetos que visam reduzir os vencimentos e causar retrocesso na magistratura. A atuação orgânica da AMB e das associações filiadas, somada à permanente interlocução com as demais entidades nacionais, tem nos dado força para resistir aos atentados contra a nossa carreira.

Neste segundo ano de gestão, mantivemos a unidade construída em 2014 e consolidamos a participação cotidiana dos nossos aposentados, com a execução do projeto que redimensionou a Coordenadoria de Aposentados. Ganhamos muita força política com o ingresso dos nossos associados jubilados na luta política.

Também neste período começou a tomar corpo o projeto de implementação de centros de inteligência e monitora-

mento de demandas de massa no Poder Judiciário. A parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a adesão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) garantem o aprofundamento do sistema e a sua institucionalização. É a nossa luta contra o congestionamento judicial.

Depois de quase 10 anos do projeto "A AMB quer ouvir você", concluímos a segunda pesquisa lançada no dia 9 de dezembro. Saber o que pensa a nossa magistratura é fundamental para potencializar a representação que exercemos.

Que 2016 venha com todas as suas circunstâncias, pois estamos preparados e organizados para enfrentar a crise. Temos o desafio de fazer a nossa magistratura cada vez mais forte e importante para o país. Que 2016 seja repleto de acontecimentos positivos para todos e todas.

Boa luta no novo ano!

**João Ricardo Costa**  
Presidente da AMB



Presidente  
**João Ricardo dos Santos Costa**

Secretário-Geral  
**Marcos Sérgio Galliano Daros**

Secretário-Geral Adjunto  
**Alexandre Aronne de Abreu**

Diretor-Tesoureiro  
**Emanuel Bonfim C. Amaral Filho**

Diretor-Tesoureiro Adjunto  
**Mauro Caum Gonçalves**

Vice-Presidentes  
**Adriano Gustavo Veiga Seduvin** - Assuntos Ambientais

**Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra** - Comunicação Social  
**Hadja Rayanne Holanda de Alencar** - Prerrogativas  
**Maria de Fátima dos Santos Gomes**  
**Muniz de Oliveira** - Cultural  
**Maria Madalena Telesca** - Assuntos Legislativos  
Trabalhistas  
**Nartir Dantas Weber** - Interiorização  
**Nelson Missias de Moraes** - Legislativo  
**Paulo Mello Feijó** - Efetividade da Jurisdição  
**Ricardo de Araújo Barreto** - Direitos Humanos  
**Sérgio Luiz Junkes** - Institucional  
**Wilson da Silva Dias** - Administrativo

Conselho Fiscal  
**Helvécio de Brito Maia Neto**  
**Luiz Gonzaga Mendes Marques**  
**Hermínia Maria Silveira Azoury**

Coordenadoria da Justiça Estadual  
**Gervásio Protásio dos Santos Júnior**

Coordenadoria da Justiça Federal  
**Rogério Favreto**

Coordenadoria da Justiça do Trabalho  
**Antônio Oldemar Coêlho dos Santos**

Coordenadora-adjunta da Justiça do Trabalho  
**Patrícia Almeida Ramos**

Coordenadoria da Justiça Militar  
**Edmundo Franca de Oliveira**

Coordenadoria dos Aposentados  
**Nelma Torres Padilha**

Coordenador-adjunto dos Aposentados  
**Írio Grolli**



Coordenadora de Comunicação:  
Renata Brandão

Editora: Márcia Delgado  
Reportagem: Luciana Salimen, Márcia Delgado,  
Renata Brandão e Tatiana Damasceno

Estagiária: Tarcila Rezende  
Diagramação: Marconi Martins  
Fotos: Ascom / AMB

Site: [www.amb.com.br](http://www.amb.com.br)  
E-mail: [jornalismoamb@gmail.com](mailto:jornalismoamb@gmail.com)

Twitter: [www.twitter.com/Magistrados](http://www.twitter.com/Magistrados)  
Youtube: [www.youtube.com/ambMagistrados](http://www.youtube.com/ambMagistrados)

Instagram: [@magistradosbrasil](https://www.instagram.com/magistradosbrasil)  
Facebook: [www.facebook.com/magistradosbrasil](https://www.facebook.com/magistradosbrasil)

# Congestionamento na Justiça

AMB debateu proposta de criação dos centros de inteligência e monitoramento de litígios no Judiciário

Márcia Delgado e  
Tatiana Damasceno

**A** AMB promoveu no início de novembro a primeira reunião preparatória para a construção de uma proposta de criação de centros de inteligência e monitoramento de demandas de massa no Poder Judiciário. O projeto, idealizado pela entidade e com a parceria de outras instituições, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), tem como objetivo enfrentar o excesso de litigiosidade causado por segmentos específicos, como o Poder Público, as instituições financeiras e o setor de telefonia.

As principais conclusões do encontro são, primeiro, que a litigiosidade em crescimento vem impactando e prejudicando a efetividade da Justiça. Em seguida, que, diante do quadro, é preciso identificar quem são os atores que provocam a violação sistemática de direitos a ensejar demandas de massa e quais suas verdadeiras intenções. Identificando esses processos, será preciso dar um tratamento mais adequado, que envolve mudanças de paradigma e ações preventivas. Tam-



Grupo discutiu soluções para o excesso de processos

bém é importante identificar no sistema quais ações são fruto de conflitos reais ou de demandas inapropriadas que poderiam ser solucionadas por outros meios. Todas essas informações serão levantadas pelo núcleo de inteligência, que não tem a intenção de dificultar o acesso ao Judiciário, mas sim facilitar a vida daqueles que realmente precisam da Justiça. No próximo encontro do grupo será discutido um projeto-piloto de criação dos núcleos de monitoramento de litígio.

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, afirmou na reunião que, diante da avalanche de processos, há importante prejuízo à qualidade das decisões diante da opção de imprimir celeridade em tantos processos.

“Estamos optando por resolver processos em vez de fazer justiça. Isso é muito angustiante para nós, juízes”, assinalou.

O secretário-geral do CNJ, Fabrício da Cruz, elogiou a iniciativa da AMB. “A ideia é muito perspicaz porque trabalha uma central de inteligência que consegue pensar, a partir de dados, as melhores soluções procedimentais, que estão a cargo dos tribunais, e também de indução legislativa, que estão a cargo do Congresso Nacional”, disse.

O diretor de Desenvolvimento Institucional do Ipea, Alexandre Cunha, conta que essa é uma discussão inicial, que deve servir para dar forma a uma proposta a ser encaminhada posteriormente ao Poder Judiciário. “O nosso ponto de partida é uma frase dita pelo doutor João Ricardo na nossa primeira reunião aqui na AMB: ‘Precisamos deixar de ser surpreendidos e saber o que efetivamente ocorre no sistema de Justiça’”, assinalou.

O coordenador da proposta de criação do centro de monitoramento de litígio e assessor da Presidência

da AMB, Antônio Silveira, afirmou que a ideia da AMB é formular um projeto a ser encampado posteriormente pelos tribunais e pelo CNJ. “Queremos iniciar com um projeto-piloto e trabalhar com os grandes litigantes”, explicou.

Durante os debates, o juiz Marcos Sales, assessor da Presidência da AMB, disse que não há inteligência isolada que consiga enfrentar o uso excessivo, e muitas vezes de má-fé, do Poder Judiciário. “Nosso maior inimigo é a ineficiência. Somos poucos para muitas ações. Não há inteligência isolada que dê conta desse volume de processos”, finalizou. Na reunião estiveram presentes representantes do CNJ, do Ipea, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), representado pelo juiz auxiliar da presidência do STJ Carl Smith, e da Associação Nacional dos Juízes Trabalhistas (Anamatra), representada pelo vice-presidente Guilherme Feliciano.

# Valorização da carreira

AMB e entidades lutam no Congresso pela aprovação de propostas de interesse da magistratura



Tatiana Damasceno

**M**elhorias no subsídio e paridade entre ativos e inativos são algumas das propostas em que a AMB e entidades de magistrados estão atuando de forma contínua e intensa pela aprovação do Congresso Nacional. A mobilização é realizada em contatos semanais com senadores e deputados para

apresentar a posição das associações sobre as matérias, com o objetivo de valorizar a carreira e a independência do juiz.

Veja o andamento de algumas das proposições prioritárias para a AMB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal:

## PL 3123/2015

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados (CTASP) aprovou no dia 11 de novembro o substitutivo do PL 3123/2015, que limita o teto dos subsídios de agentes políticos e públicos.

O relatório do deputado Lucas Virgílio (SD/GO) passou pela comissão com avanços, ao retirar do teto as verbas indenizatórias. A decisão é resultado de uma grande mobilização da AMB, de presidentes de associações regionais filiadas e dos associados aposentados, juntamente com representantes das demais entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), que acompanharam toda a votação na CTASP.

No dia 24 de novembro, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o parecer do deputado André Fufuca (PEN/MA), na mesma direção do texto da CTASP, resguardando as verbas indenizatórias. Falta ser votado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde o deputado Nelson Markezan Júnior (PSDB/RS) apresentou parecer em sentido contrário aos já aprovados. Como o projeto tem regime de urgência, está na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados e poderá ser apreciado a qualquer momento, na condição em que se encontra, mesmo sem a análise da Comissão de Finanças e Tributação.

## PL 2646/15

Após intensa mobilização da AMB, de representantes de associações filiadas e das demais entidades integrantes da Frentas na Câmara dos Deputados, a Comissão de Trabalho da Câmara derrubou parecer do deputado Nelson Marchezan (PSDB/RS), que rejeitava a correção de 16,38% dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na mesma sessão, os integrantes da comissão aprovaram substitutivo do deputado Laércio Oliveira (Solidariedade/SE) que estipula reajuste parcelado em duas vezes (8,19%, em janeiro e 8,19%, em março de 2016). A matéria seguiu para a Comissão de Finanças e Tributação da Casa, onde aguarda parecer do relator, deputado Fábio Ramalho (PV-MG), definindo o percentual da correção que valerá também para os magistrados.

## PEC 56/2014

Sobre a Proposta de Emenda à Constituição 56/2014, que trata da aposentadoria por invalidez, a AMB, Ajufe e Anamatra deliberaram na reunião da Comissão de Estudos Previdenciários que atuarão no Senado para a aprovação da PEC com a atual redação, que prevê proventos integrais em qualquer caso de doença.



Magistrados batalham pela valorização da carreira e independência do Judiciário

### PEC 63/2013

O presidente João Ricardo Costa tem mantido contato permanente com os senadores para tratar da PEC 63/2013, que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e beneficia tanto ativos quanto inativos (aposentados e pensionistas). Ao falar com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o presidente reforçou a importância da aprovação da proposta para a recomposição da carreira, mas também afirmou que a associação compreende o momento difícil que o país atravessa na área econômica e política. “Queremos uma política remuneratória que seja estável e transparente”, afirmou. A PEC está pronta para votação em Plenário, onde precisa ser votada em dois turnos e ser aprovada por 49 senadores, para então ser votada pela Câmara dos Deputados, o que ainda não foi possível diante das crises política e economia que assolam o país.

### PEC 26/2001

Uma das prioridades na atual gestão da AMB é a paridade de proventos entre juízes da ativa e de aposentados, de forma a assegurar a igualdade de tratamento remuneratório entre todos os membros da carreira.

A Proposta de Emenda à Constituição 26/2011, que estabelece a paridade e a integralidade entre a remuneração de ativos e inativos foi um dos temas tratados na reunião da Comissão de Estudos Previdenciários, realizada com a participação da AMB, Anamatra e Ajufe no início de novembro. O assunto também foi pauta da última reunião do Conselho de Representantes da associação.

### PEC 555/2006

Integrantes da magistratura fizeram em novembro uma grande mobilização na Câmara dos Deputados e no Senado para defender projetos de interesse da categoria, como a PEC 555/2006, que propõe a revogação do art. 4º da Emenda Constitucional nº 41/2003, extinguindo de forma gradativa a cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentados e pensionistas.

Um grupo de juízes e associados aposentados visitaram vários parlamentares para tratar do assunto. Nos encontros, os dirigentes expuseram a posição favorável à proposta, que aguarda deliberação do Plenário da Câmara, e entregaram nota elaborada pelas diversas entidades que atuam em prol da PEC.

### PECs 15/2012 e 187/2012

A AMB trabalha na Câmara dos Deputados pela aprovação da PEC 187/2012 – prevê que todos os juízes brasileiros possam escolher, por meio do voto direto, os presidentes das cortes. Por unanimidade, o relatório da proposta foi aprovado na Comissão Especial no fim de outubro. Agora, a associação trabalha para que o texto possa ser incluído na pauta de votações do Plenário da Casa.

Em outra frente, no Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou em agosto deste ano o texto da PEC 15/2012, que igualmente permite as eleições diretas nos tribunais brasileiros. Do mesmo modo que na Câmara, a matéria precisa ser incluída na pauta de discussão e votação do Plenário, em dois turnos.

# AMB revela quem são e o que pensam magistrados brasileiros

Depois de quase 10 anos, entidade realizou pesquisa “AMB quer ouvir você”, por meio de um questionário distribuído aos seus associados

Luciana Salimen

A pesquisa interna que revela o perfil e o que pensam os magistrados brasileiros em relação a uma série de temas atuais e relevantes para o País foi divulgada, no dia 9 de dezembro, pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Foram mais de 50 questionamentos elaborados pela entidade e enviados aos seus 14 mil associados, que responderam espontaneamente e de forma anônima.

O presidente da associação, João Ricardo Costa,

explicou à imprensa o objetivo do trabalho, que já havia sido realizado em 2005. “Tivemos a iniciativa de reeditar uma pesquisa que para nós é muito importante, buscando entender o perfil da magistratura. São indagações valiosas, que nos estimulam a trabalhar nas direções apontadas pelos resultados”, disse.

O coordenador da pesquisa, o vice-presidente Institucional da AMB, Sérgio Junkes, destacou a atuação decisiva do Judiciário brasileiro, que evidencia a

relevância da pesquisa para toda a sociedade. “Temos verificado, nos últimos anos, um protagonismo cada vez maior da magistratura e da Justiça nas grandes transformações sociais. Mas que magistratura é essa? O que mudou de dez anos para cá?”

A iniciativa da AMB foi elogiada pela cientista política Maria Tereza Sadek, que desenvolveu a metodologia da pesquisa e esteve à frente da equipe que analisou os dados. “Quando uma associação de magistrados se empenha em uma pesquisa, ela aposta na transparência, ela pretende se abrir para que a sociedade saiba quem são estes juízes. E conhecer quem julga é extremamente relevante. Por isso esta pesquisa deve ser muito valorizada”, pontuou.



## Combate à corrupção é prioridade

Outro dado destacado na apresentação aos jornalistas trata exatamente sobre a um dos maiores problemas do Brasil. Os entrevistados elegeram o Combate à Corrupção como um tema de alta prioridade, com percentual de 85% somados os graus de prioridade alta e média. Os projetos de aproximação com a sociedade também são prioritários para 87,5%.

De forma geral, os resultados mostram que temos, atualmente, uma magistratura plural. Um exemplo é a propos-

ta que objetiva a descriminalização do uso de entorpecentes, que tem a posição contrária de 59,9% e favorável de 33,8%.

A diminuição da idade penal também provoca uma divisão entre os respondentes: 48,1% se manifestaram favoravelmente e 49,6% contrários. Quando se destaca os que optaram por “totalmente a favor” ou “totalmente contra”, essa polarização é visível: 29,2% *versus* 27,4%.

## Avaliação das Instituições

Os entrevistados avaliaram a atuação de 14 instituições. A instituição mais bem-avaliada é a Polícia Federal, com nota 7,5. Em segundo lugar, está o Ministério Público Federal. A pior nota foi conferida para o Governo Federal e para o

Congresso Nacional – 2,8 para cada uma das instituições.

Dentre todas as instituições avaliadas, 10 receberam notas de aprovação igual ou superior a cinco; e quatro foram reprovadas com notas abaixo de cinco.



## Gestão AMB

O trabalho da atual diretoria também foi avaliado pelos seus associados, e as notas atribuídas às questões de defesa de prerrogativas, representação institucional e prestação institucional foram de aprovação em todos os itens. A defesa de prerrogativas é a iniciativa que registra o maior percentual de prioridade alta, com 90,6%, seguida pela representação institucional, com 80,6%.



Sérgio Junkes, João Ricardo Costa e Maria Tereza Sadek apresentaram aos jornalistas os dados da pesquisa interna "AMB quer ouvir você"

## Avaliação do Judiciário brasileiro

Na avaliação dos entrevistados, a principal deficiência do Judiciário brasileiro é a morosidade – as avaliações "ruim" e "muito ruim" somam 48%. A estrutura funcional aparece em seguida como a característica pior avaliada, somando 38,9% entre "ruim" e "muito ruim".

O item que recebe a melhor avaliação é a estrutura de informática, com 34,5% de "muito bom" e "bom". Observa-se que a maior parte dos entrevistados conferiu avaliação "regular" para todas as características em análise.

Boa parte dos magistrados que responderam à pesquisa considera que o sistema moroso e a legislação arcaica continuam representando entraves ao desenvolvimento do País. O excesso de recursos e

a falta de estrutura são problemas graves que resultam no congestionamento da Justiça. Como reflexo, 91,9% dos entrevistados são favoráveis ou totalmente favoráveis à redução das possibilidades de recursos aos tribunais superiores.

Em relação às eleições para preenchimento dos cargos de direção nos tribunais, 78,2% avaliam que todos os juízes devem ter direito ao voto, mas a maioria (67,9%) considera que apenas os desembargadores são elegíveis.

A aposentadoria compulsória de magistrados aos 70 anos é defendida por 73,2% dos entrevistados, enquanto apenas 23,5% são favoráveis ou totalmente favoráveis à aposentadoria compulsória aos 75 anos.

## Perfil

Entre os magistrados que responderam à pesquisa, 74,6% atuam no primeiro grau e 25,4% no segundo grau e demais instâncias. A média de idade é de 53,9 anos, sendo 55,8 anos para os homens e 49 anos para as mulheres. Em relação à cor, brancos predominam com 84,4%; seguidos por pardos com 12,4%; preta com 1,3% e vermelha com 0,2%.

Na distribuição dos respondentes por gênero, 72,1% são homens e 27,9% mulheres. Em relação à pesquisa AMB 2005, houve um crescimento na proporção de juízas de 5,5%. Entre os anos de 2005 e 2015, verificou-se um pequeno crescimento também quanto à proporção de casados, que passou de 80,8% para 81,8%.

Houve redução no percentual de solteiros, que caiu de 8,7% para 7,1% e de separados/divorciados, que era 8,8% e subiu para 9,2%. Entre os respondentes, 63,2% possuem

curso de especialização; 22,6% possuem mestrado; 5,8% doutorado e 1,4% pós-doutorado.

A pesquisa também revela que praticamente a totalidade dos entrevistados exerceu atividade profissional antes de ingressar na magistratura: 95%. O tempo médio de preparo para o ingresso na magistratura foi de 3,1 anos.

O exercício do magistério entre os juízes sofreu uma redução. O percentual de magistrados que lecionam caiu em comparação à pesquisa AMB 2005. Apenas 12% lecionam em faculdades de direito privada atualmente, ante 19,6% em 2005; e 13% na Escola da Magistratura, ante 14,8% como demonstrado na pesquisa anterior.

Ao avaliar o exercício de sua atividade, a pesquisa aponta um alto índice de satisfação por parte dos magistrados: 48,5% se sentem muito satisfeitos; 44,7% medianamente satisfeitos e 6,8% "nada satisfeito".

# Luta no Congresso é debatida em reunião com aposentados

Diretoria da AMB e representantes dos associados aposentados trataram das pautas que visam à paridade

Luciana Salimen e  
Márcia Delgado

A mais recente reunião da Coordenadoria dos Aposentados, no dia 10 de novembro, em Brasília, abordou as ações da AMB em prol da paridade. Na pauta, as propostas em tramitação no Congresso Nacional que mobilizam a magistratura, como o PL 3123/2015, que limita os subsídios dos magistrados.

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, reforçou o propósito da entidade de intensificar a luta e a força política dos associados aposentados. “Isso é fundamental para que os pleitos da magistratura sejam uniformes e para que a ideia de paridade seja um conceito integrado dentro dessa questão remuneratória”, explicou.

Outra proposta que mobiliza os magistrados é a PEC 62/2015, que está no Senado Federal. A PEC veda a vinculação remuneratória entre agentes públicos. A PEC 555/2006 também foi alvo de debate, já que extingue gradativamente a contribuição previdenciária para os servidores aposentados.

O assessor da Presidência da AMB José Carlos Kulzer disse que é preciso intensificar a luta pois surgem, a cada dia, mais projetos que tentam limitar a



Comitiva da AMB acompanhou os projetos de interesse da magistratura

remuneração dos magistrados no Congresso Nacional.

Além de associados aposentados, a reunião contou com a presença do coordenador da Justiça Estadual da AMB e presidente da Amma, Gervásio Santos, e presidentes e vice-presidentes de associações regionais, entre eles, os presidentes da ACM, Antônio Araújo, da Amapi, Leonardo Trigueiro, da Amase, Gustavo Plech, da Amab, Marielza Brandão, da Asmeço, Gilmar Coelho, e da AMC, Odson Cardoso Filho.

## Comunicação

Outro tema tratado na reunião foi a comunicação com os 3,3 mil aposentados à AMB. Deste total, um terço não tem acesso a e-mails. O vice-presidente de Comunicação da AMB, Gil Guerra, participou das discussões e colheu opiniões, sugestões e críticas.

## Esforço reconhecido

O trabalho da AMB está sendo reconhecido pelos associados aposentados. José Firmino de Oliveira, da Almagis, por exemplo, disse que as questões legislativas têm sido levadas muito a sério pela AMB. “Nós, de cada uma das associações, temos de nos juntar à AMB para dar corpo e fortalecer esse trabalho”, destacou.

O secretário-geral da Coordenadoria dos Aposentados, Rêmolo Letteriello, elogiou a iniciativa da entidade de criar um departamento específico para cuidar dos assuntos dos aposentados. “A implantação desta coordenação trouxe um alento muito grande e todos os aposentados se mostram muito agradecidos por essa iniciativa”.

Para o juiz do trabalho de São Paulo Antônio Pimenta, é preciso estabelecer uma aproximação maior com os

aposentados nos estados. Já Rui Aguiar, da AMC, disse que enviou sugestões para que se possa fortalecer a luta em favor dos associados aposentados. “Estou achando muito interessante essa aproximação da AMB com os associados aposentados”, afirmou.

## Congresso Nacional

No dia seguinte à reunião, 11 de novembro, aposentados acompanharam membros da diretoria da AMB no trabalho no Congresso Nacional. A comitiva visitou vários parlamentares para tratar das pautas relativas à magistratura.

Nos encontros, os dirigentes expuseram a posição favorável à PEC 555/2006, por exemplo, que aguarda deliberação do Plenário da Câmara, e entregaram nota elaborada pelas diversas entidades que atuam em prol da proposta.

Entre os parlamentares contatados estiveram o vice-líder do PSDB, deputado Nilson Leitão, e o líder do PDT, deputado Afonso Motta, Ronaldo Benedit (PMDB/SC), Mauro Mariani (PMDB/SC) e André Fufuca (PEN/MA), este último relator do PL 3123/2015 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), além do senador Dalirio Beber (PSDB/SC).